

31 JUL 1987

# ESTADO DE SÃO PAULO

## A omissão será punida

Calcula-se que 340 parlamentares de centro, centro-esquerda e centro-direita estejam se organizando, neste fim de semana, para atuar em bloco no plenário da Constituinte, evitando a consagração final do texto do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Trata-se de uma iniciativa louvável sob diversos aspectos.

O primeiro e mais importante deles é que a Comissão de Sistematização não é um corte reduzido das tendências ideológicas das bancadas da Constituinte, mas o resultado de uma obra perfeita de engenharia política em que a esquerda foi privilegiada graças ao trabalho competente do líder do PMDB, senador Mário Covas. Acontece que o regimento, também graças às pressões da Mesa e às omissões da maioria moderada, dá força excessiva às votações na Comissão de Sistematização, de repente munida de poderes extraordinários inexplicáveis, porque jamais ungidos pelo voto popular. Na prática, o trabalho de engenharia política de Covas criou realmente constituintes de primeira (os membros da Comissão de Sistematização) e de segunda classe (todos os outros, dela excluídos, mas participantes do plenário e autorizados pela votação popular

a participarem da redação da futura Constituição brasileira). Segundo o noticiário publicado ontem pelos jornais, a maioria marginalizada resolveu, enfim, se organizar e rejeitar, articuladamente, no plenário, os resultados nefastos desses privilégios outorgados às minorias de esquerda pelos conchavos e urdiduras de bastidores do senador Mário Covas.

Resta saber apenas — e isso é muito importante — se os parlamentares de centro, que são a maioria na Constituinte e representam a tendência ideológica majoritária da população brasileira que os elegeu livremente, conseguem realizar o que não conseguiram até agora, isto é, atingir um estágio de organização tal que lhes permita enfrentar, pra valer, e não apenas em pronunciamentos e reuniões as manobras das minorias esquerdistas, que, por enquanto, têm prevalecido na redação final da Constituição do futuro. Até agora, os moderados, apesar de majoritários, têm sido marginalizados e manietados, sem que os responsáveis por isso sejam punidos nem sequer com derrotas em votações menos importantes. Tudo isso por alguns motivos, os primeiros dos quais são a falta de organização e a ausência de princípios claros que unam todos. Na verdade, a prin-

pal vitória das minorias de esquerda sobre a maioria moderada é que não há uma maioria moderada, mas uma maioria de moderados, em que cada um tem sua própria idéia, seu próprio princípio, dos quais não abrem mão, de forma intransigente e pouco inteligente.

A recente unidade moderada é uma excelente notícia, desde que verdadeira. E não é exigência de mais cobrar isso, pois, na verdade, a Nação inteira está assistindo ao triste espetáculo de uma Constituição escrita fundamentalmente a partir de interesses e idéias de indivíduos, pequenos grupos ou corporações, sem uma idéia-mãe, sem organicidade alguma e, principalmente, sem princípios gerais claros e com detalhes casuísticos em excesso. O único remédio para este mal, a estas alturas do campeonato, seria realmente a transformação da maioria de moderados numa organizada maioria moderada. As bem-sucedidas manobras das minorias, que contam com a preguiça e o descaso de grande parte da maioria de moderados, dão a entender que essa esperança é pouco provável. Mas, de outro lado, o fato de o texto constitucional não haver passado ainda pelo crivo que realmente interessa, o plenário, deixa espaço para que, enfim, os moderados eleitos em maioria consigam entender-se e

presentear o Brasil com uma Constituição coerente e, sobretudo,aderente aos anseios e às reais necessidades do povo brasileiro.

Muitas etapas já foram quemadas e a batalha do plenário é certamente a mais difícil, pois qualquer dispositivo, para ser aprovado, terá necessidade de aprovação de um número mágico, 280, que equivale à metade mais um dos 559 votos existentes. A fragmentação ideológica, a ausência de princípios claros e indiscutíveis, o pânico eleitoreiro de muitos e as chantagens de todo o gênero, praticadas ao longo do processo constituinte, tornam este trabalho ainda mais difícil. O que não quer dizer que seja impossível, principalmente se se levar em conta que o povo vai cobrar justamente dos que elegeu o máximo esforço para que seus mais legítimos interesses coletivos sejam defendidos e o patrimônio do desenvolvimento, da democracia e da justiça seja cuidadosamente preservado. A maioria de moderados cabe a missão de se transformar numa maioria realmente ativa e produtiva. Pois, se continuar a servir de massa de manobra a preconceitos e preceitos autoritários das minorias intransigentes, terá de pagar caro a quem nela confiou, pois a História não costuma deixar impunes os omissos.